

## Parte II

### 7 - Higiene e vigilância

José Carlos Rodrigues

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

RODRIGUES, JC. Higiene e vigilância. In: *O corpo na história* [online]. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 1999. Antropologia e saúde collection, pp. 109-120. ISBN: 978-85-7541-555-9. Available from: doi: [10.7476/9788575415559](https://doi.org/10.7476/9788575415559). Also available in ePUB from: <http://books.scielo.org/id/p9949/epub/rodrigues-9788575415559.epub>

---



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a [Creative Commons Attribution 4.0 International license](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença [Creative Commons Atribuição 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia [Creative Commons Reconocimiento 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

# 7

## Higiene e Vigilância

---

Amontoamento, interpenetração, mistura, amálgama... Estes são alguns dos termos que tenho reiteradamente utilizado para caracterizar os aspectos fundamentais do universo cultural medieval, bem como das mentalidades e sensibilidades a ele associadas. A nova sensibilidade se constitui basicamente em ruptura com os princípios medievais e se define simbolicamente por oposição a estes.

No essencial, essa constituição assumiu a forma de um contínuo processo – ainda muito longe de estar terminado – de fragmentação daquele todo amalgamado que a cultura medieval configurava. Em outras palavras, poder-se-ia dizer que o processo de emergência disso que denominamos modernidade e contemporaneidade se deu antes de tudo pelo aparecimento – nos comportamentos, nos pensamentos e nos sentimentos das pessoas – de esferas mais ou menos autônomas, nas quais se supõe residirem experiências relativamente independentes. Autonomização e fragmentação, ali onde a mentalidade medieval via confluências e superposições.

Tais fragmentações se materializaram, por exemplo, na separação entre um mundo terreno e um mundo divino. A partir de certo momento, mas não de modo imediato, plenamente convicto e sem resistências, um número cada vez maior de homens passou a sentir ou imaginar que existe uma lógica das coisas deste mundo e que esta não coincide com a dos assuntos celestiais. A antiga imbricação entre o imanente e o transcendente deu lugar a uma espécie de cisão. Um outro exemplo desse processo de autonomização podemos encontrar na gradativa separação que se estabeleceu entre as esferas do público e do privado. Para ilustrá-la, basta-nos figurar as transformações por que passou a cerimônia medieval da morte, na qual a cena coletiva, aberta a todos, foi-se metamorfoseando no acontecimento isolado de hoje, que se abate sobre alguém, quase sempre solitário, fechado em um centro de tratamento intensivo de algum hospital, no qual nem mesmo filhos e cônjuges podem penetrar. Já falamos da separação entre corpo e alma, espírito e matéria, pela qual o “creio na ressurreição da carne” foi deixando de prevalecer, substituído pela concepção de um corpo mortal, fadado à degradação, dejetivo imprestável se comparado a um espírito imortal que deverá continuar a viver pela eternidade.

Deu-se também a separação entre sãos e doentes. Criaram-se manicômios, hospitais, prisões, onde se deveriam doravante alojar os portadores de diferenças, que assim poderiam mais facilmente ser alvo de olhares objetivadores e vigilantes. Podemos lembrar ainda, a título de ilustração, a separação entre adultos e crianças: como resultado, inventou-se um mundo específico de homens e mulheres adultos, totalmente diferente do universo infantil, que agora passou a carecer de isolamento em colégios, onde as crianças se tornaram objeto de estratégias e metodologias bastante especiais, inspiradas no rompimento com a velha pedagogia medieval, que era baseada na imitação e apropriada a uma sociedade em que todos se misturavam (Ariès, 1978). Poderíamos ainda falar da separação dos corpos entre si, do afastamento entre os homens e seus próprios corpos, da especialização dos cômodos das residências, da fratura entre os locais de trabalho e os de relações familiares etc. No momento, não vale a pena nos determos por demais nestes pontos: já tratamos de alguns e retomaremos outros adiante.

Seria importante ressaltar, não obstante, que este movimento de fragmentação do universo medieval fez-se acompanhar de um processo paralelo, ou imediatamente posterior, de formação de domínios específicos de saberes, relativos a cada uma das esferas que se autonomizavam. Por esta via, se o mundo natural e o divino se divorciavam, logo advieram saberes destinados especificamente à compreensão da natureza, bem como uma teologia voltada quase exclusivamente ao desvelamento dos mistérios de Deus. De modo análogo, com a separação entre o indivíduo e a sociedade, surgiram as disciplinas especiais almejando capturar as lógicas particulares e respectivas dessas esferas.

A regra fundamental desse processo é a fragmentação. Por isso, os domínios que se separaram progressivamente se subfragmentaram. Supõe-se que os subdomínios resultantes também seriam dotados de lógica própria, cada uma objeto de um saber específico, formando as sub-especializações (ou super-especializações, tanto faz) que vieram a conformar o quadro de disciplinas e especialidades que hoje conhecemos bem e que a cada dia nos surpreende com novas sub-sub-especializações. No domínio da sociedade, por exemplo, assistimos à autonomização das esferas da economia, da política e das relações sociais: para cada uma delas, saberes especiais e subespecíficos, arvorando-se em proprietários privados dos lotes do mundo que proclamam ter como objeto. Que dizer, então, de domínios ainda mais especializados, como os das ciências físicas, biológicas ou, mais próximo da experiência leiga de cada um de nós, para nossa desorientação, da medicina?

Desse modo, como não poderia deixar de ser, a história de nossos saberes, de nosso arsenal científico, de nossas disciplinas, de certa forma e em grande parte é a história da própria constituição de nossa sociedade. Tal conjunção, entre a história de nossas ciências e a de nossas instituições, permite-nos – ou mesmo obriga-nos a – lançar uma dúvida dramática sobre a capacidade que este aparato

teria para compreender a sociedade que o gerou (Baudrillard, 1973). Na verdade, este aparato mais expressaria esta sociedade, sua visão de mundo, suas instituições, do que a compreenderia como objeto. Seria como o olho: capaz de ver apenas dentro dos parâmetros ditados por sua estrutura interna e incapaz de se enxergar a si mesmo. Que esta ressalva sirva inclusive para as análises a que estou procedendo.



Dentre as fragmentações que modificaram o cenário medieval, gostaria, no momento, de colocar em evidência, pelo que tem de estratégica para o tratamento de nossa temática, a cisão que se deu entre o campo e a cidade, entre o rural e o urbano. Com a emergência da cidade que desconhece o campo, uma curiosidade particular, um saber específico sobre o urbano apareceu, não apenas buscando compreendê-lo, mas também defini-lo como algo radicalmente diferente daquilo que o precedera. Nessa cidade, em que se aceleravam as tendências históricas a que estamos dedicando nossa atenção, uma das mais importantes preocupações era ‘separar’. Isto se deu de modo embrionário até o século XIV, mas foi uma exigência cada vez mais atuante a partir dos séculos XVII e XVIII. Contra o amontoamento, pretende-se agora destinar para cada modo de vida, para cada tipo de ser, para cada condição social, para cada forma de atividade, para cada função social, um lugar específico e um tempo predeterminado. A esta pretensão vêm responder os hospitais, as escolas, os presídios, os bairros populares, os salões de festas, os locais de trabalho, as calçadas, as ruas retas...

Voltando a um ponto que abandonei provisoriamente algumas páginas atrás, é importantíssimo observar que esses movimentos em geral são contemporâneos da grande e paradigmática obsessão européia de isolar os mortos. A preocupação mais fundamental dos urbanistas e higienistas, das mentalidades modernas e vanguardistas do Século das Luzes, foi colocar os mortos fora das cidades, de certo modo retomando uma tradição romana, da qual a Via Appia, em Roma, é hoje uma bela ilustração. Esta tradição, como vimos, foi abandonada nos tempos medievais, quando se passou a ter os mortos dentro das cidades, convivendo com os vivos no centro da vida comunitária. A Igreja, recordemos, sempre foi contrária a esses hábitos medievais, as autoridades eclesiásticas manifestando repetidamente o horror que sentiam contra tais práticas, que consideravam eminentemente pagãs. Antes dos higienistas, portanto, um poder se opunha a esses costumes – mas a repetição das censuras, não obstante, apenas sugere, ao olhar sutil, que as regras ditadas do alto encontravam pouca ressonância prática e que as populações permaneciam em grande parte indiferentes.

No final do século XVIII, essas condenações passariam a encontrar eco, embora pronunciadas por outros poderes e sustentadas por novos argumentos. Em quase toda a Europa, mais ou menos simultaneamente, desencadeou-se um processo vigorosíssimo de expulsão dos cemitérios. Em Paris, por exemplo, em 1780, exumou-se todo um cemitério, o dos Inocentes, que era o principal da cidade

(Ariès, 1975; Crespo, 1990). Das entranhas da terra extraíram-se multidões e multidões de restos que ali dormiram durante séculos. Tudo isso apenas com o objetivo de transferi-los para fora da cidade. Olhando para trás, com dois séculos de distância, pode-se perceber que começou naquele momento, de fato, uma batalha até hoje não terminada e que ameaça atingir dimensões dramáticas: a que põe frente a frente a expulsão dos restos e o crescimento das cidades. Sua lógica é simples, contraditória e elementar: o cemitério e os restos são colocados fora da cidade; esta se expande e eles retornam ao interior urbano.

Esta lógica e este movimento são completamente contemporâneos da lógica e do movimento de banimento do lixo. A expulsão dos Inocentes data de 1780, enquanto o primeiro projeto de reunião e afastamento do lixo urbano foi de 1779: um ano apenas separa esses dois gestos que, em essência, representam a mesma coisa. Tanto na expulsão dos mortos como na do lixo, o mesmo drama estava em questão: os restos do século XVIII ainda eram fundamentalmente orgânicos, e o que se queria afastar em ambos era a evidência do transcurso do tempo biológico, a presença da decomposição, a memória orgânica perpetuada no solo. Há em tudo isso uma grande ameaça aos novos sonhos de acumulação de riquezas, de vida e de progresso.

Para entendermos as mentalidades e sensibilidades desta época é importantíssimo ter em mente que, neste tempo, o fundamental dos perigos vem do subsolo. Toda ameaça vem do ventre da terra: os homens ‘de vanguarda’ das cidades do século XVIII detestam especialmente os pântanos, os cemitérios, os poços, os afloramentos, em particular os de lama ou óleo, as fendas, sobretudo as da terra e, ainda mais, as abertas pelos tremores... Entre as acusações que dali em diante serão dirigidas contra o lixo, figura em destaque a que lhe atribui a faculdade de favorecer, como que por osmose, a impregnação do solo e os afloramentos de matéria orgânica em decomposição. Em ambos os casos – expulsão dos mortos, expulsão do lixo – o que está em evidência é o sentimento de angústia diante da morte.

Ressaltei há pouco a expressão ‘de vanguarda’ porque na prática, apesar da obsessão nascente, o ambiente urbano do século XVIII ainda era predominantemente o da cultura medieval (Attali, 1979): o da carniça, do estrume de animais que circulavam dentro do perímetro urbano, dos restos de alimentos, do sangue que escorria pelos cantos ou que permanecia estagnado nas poças, dos cadáveres de grandes e pequenos animais, dos fedores dos sebos sendo derretidos, dos matadouros dentro das cidades, provocando febres pútridas, dos hospitais desencadeando gangrenas úmidas cujas feridas não cicatrizavam, dos cemitérios empilhando dejetos e corpos, dos açougues, dos curtumes, das cozinhas coladas umas às outras, dos excrementos lançados às vias públicas...

Deve-se registrar, entretanto, para não mergulharmos no etnocentrismo preconceituoso, que aquela cidade-ainda-campo, que era a medieval, também oferecia a seus habitantes os perfumes dos jardins, das hortas e dos pomares, o canto

dos galos e dos passarinhos, a sonoridade dos moinhos d'água, o rumor dos córregos e cachoeiras, o farfalhar das folhas das árvores, a vista dos campos verdes ou da brancura da neve, as sempre audíveis cantigas religiosas e de trabalho...

Comparativamente, nenhum lugar do novo espaço urbano escapava à pestilência. Em virtude do crescimento pós-medieval das cidades e das novas condições ecológicas ditadas pelo distanciamento dos campos, essa pestilência era ainda muito maior do que aquela que relatávamos a respeito das pequenas e semirurais cidades da Idade Média. Neste ponto, por um prisma comparativo, deve-se matizar as coisas e pode-se até mesmo dizer que as cidades medievais foram injustamente acusadas de insalubres (Mumford, 1961, 1977). Especialmente pela supressão de espaços livres dentro das cidades modernas e pela disseminação de prédios de vários andares, dessa nova pestilência não escaparam os teatros, não escapou a Assembléia Constituinte da Revolução, não escaparam os tribunais, as igrejas, o palácio real e particularmente, ainda, não escaparam os cemitérios, com seus amontoamentos de cadáveres cada vez mais numerosos, em territórios cada vez mais exíguos.

Esta página do romance de Patrick Susskind, *O Perfume*, sintetiza para nós o ambiente sensorial do Século das Luzes:

*(...) reinava nas cidades um fedor dificilmente concebível por nós, hoje. As ruas fediam a merda, os pátios fediam a mijo, as escadarias fediam a madeira podre e bosta de rato; as cozinhas, a couve estragada e gordura de ovelha; sem ventilação, as salas fediam a poeira, mofo; os quartos, a lençóis sebosos, a úmidos colchões de pena, impregnados do odor azedo dos penicos. Das chaminés fedia o enxofre; dos curtumes, as lixívias corrosivas; dos matadouros fedia o sangue coagulado. Os homens fediam a suor e a roupas não lavadas; sua boca fedia a dentes estragados, seu estômago fedia a cebola e, o corpo, quando já não era mais bem novo, a queijo velho, a leite azedo e a doenças infecciosas. Fediam os rios, fediam as praças, fediam as igrejas, fedia sob as pontes e dentro dos palácios. Fediam o camponês e o padre, o aprendiz e a mulher do mestre, fedia a nobreza toda, até o rei fedia como um animal de rapina, e a rainha, como uma cabra velha, tanto no verão quanto no inverno. Pois à ação desagregadora das bactérias, no século XVIII, não havia sido colocado ainda nenhum limite e, assim, não havia atividade humana, construtiva ou destrutiva, manifestação alguma de vida, a vicejar ou a feneceer, que não fosse acompanhada de fedor (...).*

É preciso termos sempre em mente que o ritmo de transformação quantitativa das cidades foi muito maior que o da metamorfose das mentalidades e sensibilidades. E que os hábitos e as formas de vida medievais, incompatíveis com as novas dimensões da cidade, eram ainda plenamente operantes mais de três séculos depois do 'fim' da Idade Média – que, aliás, só 'terminou' em 1453 por decisão dos historiadores do século XIX. Ademais, as características medievais

doravante coexistem, sobretudo nas cidades de índole industrial, com os odores também fétidos do carvão queimado, das fumaças que escurecem o ar, dos gases gerados em larga escala pela fermentação já industrial de cervejas, com a fabricação de tijolos, com as poeiras levantadas pelas rodas dos veículos, com as exalações sulfurosas das fábricas... Tais odores parecem-nos mais suportáveis apenas por serem os ‘nossos’. É compreensível, mesmo assim, que nesse novo contexto urbano, logo tenha surgido, ao lado do “horror por respirar os miasmas da cidade” (Corbin, 1987:10), uma certa nostalgia do rural, e que os urbanistas tenham começado lentamente a se preocupar em recolocar um pouco de campo (jardins, bosques, parques etc.) dentro das cidades (Thomas, 1988).

Foi quase como uma verdadeira revolução que, nesse ambiente, as autoridades resolveram deslanchar uma espécie de cruzada de desodorização e de limpeza, para banir as ‘imundícies’ que uma sociedade cada vez mais hierarquizada tolerava cada vez menos. O cargo de intendente-geral de polícia foi instituído na França em 1665 e em 1757 se definiu um primeiro ‘código de polícia’, cujo objetivo era fazer que as pessoas vivessem ‘civilizadamente’, isto é, de modo cultivado, polido ou refinado, excluindo tudo o que parecesse bárbaro, irracional ou governado pela confusão. ‘Polir’ (limpar), ‘policar’ (vigiar), ser ‘polido’ (bem educado), ‘política’ (poder) pertencem ao mesmo campo semântico e se entrelaçam no mesmo processo histórico de vigiar, inspecionar, relatar, delatar, alertar, controlar, regulamentar, proibir, intervir, constranger... Não obstante, devemos considerar que contra mentalidades tão fortemente enraizadas dificilmente há repressão eficaz a curto prazo.

Assim, o termo ‘política’ se insinua bastante lentamente e não se torna uso corrente, como substantivo, senão depois do século XVII. Consolida o uso do adjetivo, já verificável desde o século XVI. Jacques Le Goff oferece-nos um esclarecimento bastante preciso sobre este ponto, em que as dimensões macro e microscópica do social se entrelaçam. Le Goff nos ensina ainda que a palavra ‘política’ se beneficiou do destino dos vocábulos relacionados com o conceito de *polis*. Estes, juntamente com os derivados de *urbs* – urbano, urbanidade, urbanismo –, recobrem uma larga área do campo semântico de ‘civilização’. E é talvez através de *police* que se produziu *police* (organizado, civilizado, no século XIX), que se chega a *politesse* (gentileza, delicadeza), que aparece no século XVIII. “O reino do *político*, da *política* e dos *políticos* (política teórica, política prática, personalidades políticas) é, portanto, o reino da *élite*, e foi aí que a história política foi buscar a sua nobreza. Fazia parte do estilo aristocrático” (Le Goff, 1985:225).

No século XVII, a palavra ‘limpo’ começa a adquirir conotações morais, passando a significar também distinção, elegância, ordem (Vigarello, 1985). A limpeza das coisas torna-se indicador de limpeza da alma e crescentemente se admite que um povo limpo é também ordeiro e disciplinado. Nesse caminho, a primeira cadeira de Higiene Pública foi criada em Paris em 1794 (Corbin, 1987),

tendo por finalidade investigar coisas como: por que razão os rios fedem, o que fazer com as fossas sépticas, de que modo lidar com os lugares de aglomeração, como proceder com relação às ruas, de que maneira desamontoar aquilo que a herança medieval permitia ainda misturar e confluir etc. Tudo isso ia na direção de colocar cada coisa em seu lugar. Tudo isso era inspirado pela vontade de fragmentar, definir, organizar, classificar, projetar.

Já em 1779 a limpeza das ruas de Paris se torna tema de concurso científico, em uma tentativa de envolver os sábios na exploração dos problemas de lixo e esgoto. Em seguida, por volta do começo do século XIX, a palavra ‘higiene’ passa a ter um lugar anteriormente inusitado, transformando-se em disciplina especializada no campo da medicina e das políticas públicas. Mais do que isto, a higiene se associa com frequência à polícia e às autoridades militares, pois seu trabalho é visto como uma espécie de policiamento sanitário, uma defesa contra as investidas de terríveis inimigos, um combate, ou um ataque radical às causas da poluição. Em ponderável medida, a argumentação de base desse novo campo de saber consiste *ad nauseam* em atribuir a maioria dos males à ausência de controle.

Como uma das primeiras providências para lidar com o solo urbano, surge a idéia de pavimentar as ruas. Pavimentar ao máximo, tantas quanto possível. Cobrir o solo urbano, obstar as águas estagnadas, a lama, o lodo, os pântanos com águas putrefatas e suas matérias orgânicas em decomposição – perigosos e numerosos, sobretudo no verão. Canalizar os rios, os esgotos, as urinas, os excrementos, as águas utilizadas. Fechar tudo isso em um circuito. Fazer que tudo isso tenha paradeiro bem longe, fora da cidade, de preferência. Fazer com tudo isso o mesmo que se quer fazer com o lixo e com os mortos: expulsar. As campanhas de pavimentação dos solos não pouparam nem mesmo as cabanas de camponeses, as aldeias e as sepulturas: o objetivo é cobrir o chão, tanto chão quanto for possível, de modo a criar uma espécie de linha divisória, sólida e compacta, que separe a superfície em que vivem os homens do subsolo úmido, perigoso, nauseabundo.

Um novo temor nasceu, a que Michel Foucault chamou “medo urbano” (1982:87). A partir daí as coisas começam a acontecer rapidamente. Depois da Revolução Francesa, as ruas, pelo menos as mais centrais e importantes, são alargadas e pavimentadas. Os prédios, obedecendo ao novo ideal de separar, passam a ser construídos com espaçamentos entre si. Muito é destruído e reconstruído. Os esgotos, raramente contemporâneos da fundação de uma cidade, são instalados. Populações são deslocadas, de maneira que os bairros das populações pobres, ainda mais profundamente envolvidas pelas mentalidades e sensibilidades anteriores, fossem afastados dos quarteirões destinados às elites, que ficarão, doravante, relativamente preservadas daquele odor que ainda permanecerá em certas esferas da sociedade.

Os espaços mais visados são hospitais, matadouros, cemitérios, prisões – todos associados à morte e ao apodrecimento, locais agora considerados como abcessos sinistros no tecido urbano. Nesse ponto começa a ligação insistente



entre o fedor e a sujeira dos espaços e dos corpos. Como o lixo e os mortos, banidos são também, de certo modo, os pobres, os desviantes e os doentes. O olfato se transforma, por esta via, em importante sensor de limites sociais. Torna-se definidor de xenofobias. Erige-se em crucial determinante da geografia urbana.

É interessante observar que em seu trabalho sobre as profissões lícitas e ilícitas na Idade Média, Le Goff (1980) não menciona os lixeiros. Não se trata de omissão ou esquecimento: a figura do lixeiro não é tão antiga. Emergiu em Paris no segundo quartel do século XIX, porque naqueles anos a cidade ficou quase literalmente sufocada pelo lixo. O lixeiro surgiu como um personagem importante do imaginário social, herói de muita literatura, figura de vanguarda, a concretizar e materializar um mundo novo, em parte já anunciado e prefigurado. Cerca de cinquenta anos antes da criação da profissão de lixeiro, entretanto, esta prefiguração já elaborava os seus projetos.

Reproduzindo bem o espírito do tempo, alguns desses projetos imaginavam fazer com que os dejetos sociais rendessem alguma coisa, obrigando-os a eliminar os dejetos econômicos (Corbin, 1987): vários e vários planos foram formulados, almejando que prisioneiros, loucos, velhos, doentes, camponeses etc. se encarregassem da tarefa de recolher o lixo e de removê-lo para fora da cidade. Vários outros planos idealizavam inserir o lixo e excrementos no âmbito dos negócios, calculando ou especulando seus valores no mercado, como poupança ou como investimento. Assim, foi praticamente em 1846 que se oficializou de modo efetivo na França a idéia de que o lixo merecesse um tratamento de autoridade, que devesse ser considerado na política pública, que fizesse jus a um orçamento específico, que pudesse ser profissionalizado, que fosse objeto de um estudo especializado... Há apenas cento e cinquenta anos!

A transição, contudo, não se deu de maneira abrupta ou repentina. O primeiro projeto de instalação de lixeiras nos pavimentos dos edifícios de Paris data de 1859 (Guerrand, 1991). Até o final do século XIX, alguns seminários médicos ainda especulavam seriamente sobre as virtudes terapêuticas e regeneradoras disso que chamamos de lixo. Vários médicos insistiam em pensar que as feridas poderiam ser curadas se o paciente mergulhasse, por exemplo, uma perna ferida no esgoto, nos poços, em excrementos. Eco dos velhos tempos medievais, nesse contexto histórico ainda alguns acreditavam que os restos fossem dotados de virtudes tonificantes intrínsecas.

Em contrapartida, outros médicos, ‘modernos’, já eram críticos ferozes das condições de vida populares, sobretudo das que associavam aos camponeses (pés descalços, ambientes abafados e cheios de fumaça, proximidade com lamas, excrementos e animais, economia na troca de roupas, utilização coletiva das camas, partilha destas com animais, mistura de pessoas sãs e doentes, presuntos pendurados nos tetos, sedução pelos odores orgânicos etc.). Por seu lado, essas camadas preferiam muitas vezes os velhos curandeiros, agora acusados de charlatanismo por médicos que, a partir de 1892, passaram oficialmente a deter o monopólio da cura.

Tão próximo de nossos dias, havia ainda um ambiente pleno de ambigüidade, mesmo no território dos sábios, quanto à posição do lixo e da sujeira – se fastos ou nefastos. Como sabemos, com o tempo foram predominantemente considerados nefastos. No final do século XIX, já se falava seriamente em ‘resistência do povo’ – o que significa simplesmente que este, em medida razoável, ainda dedicava diminuta confiança à nova medicina. Entrementes, lixo e sujeira persistiam nos cotidianos, como algo com cuja presença se podia – ou mesmo se deveria – conviver.



No âmbito deste quadro urbano, que pretendia separar orgânico de inorgânico, útil de inútil, que desejava classificar e localizar, compreende-se que o ar e a água constituíssem elementos perigosíssimos. Era fundamentalmente mediante estes dois canais que se acreditava que o contágio e a infecção se dessem. Até 1750 prevaleceu a teoria de que o ar fosse uma substância única (Corbin, 1987), ninguém se tendo convencido naquele momento de que representasse um composto de gases. O processo intelectual de fragmentação ainda não o havia atingido.

Desse modo, imaginava-se que o ar contivesse em si a substância na qual tivesse tocado ou da qual emanasse. Seus diversos aspectos (cheiro, temperatura, umidade etc.) eram atribuídos ao fato de ser parte daquilo de onde supostamente saíra. Um tema freqüente por volta de 1770 acusava os eflúvios pútridos de difundirem a morte em ambientes fechados. Imaginava-se que o ar pudesse agir de múltiplas maneiras sobre os corpos vivos. Por exemplo, temia-se que crianças viessem a morrer dentro de igrejas por causa das emanações das sepulturas. Tais exalações, agora, são tidas por malignas; o odor das carnes em decomposição pode ser mortal. Nesse novo contexto, os mortos passam a ameaçar os vivos fisicamente.

A nascente medicina urbana, como observou Foucault, “não é verdadeiramente uma medicina dos homens, corpos e organismos, mas uma medicina das coisas: ar, água, decomposições, fermentos” (1982: 92). Compreende-se, por este caminho, que os perigos atribuídos à água e ao ar nada tivessem de aleatório, pois a primeira, pelo deslizamento, e o segundo, pela circulação, colocavam sob evidente ameaça a repartição de domínios sobre a qual se assentava o novo bem-estar. Ar e água têm características de mobilidade, de romper limites; guardam em si a potencialidade de comparecer insidiosamente em território impróprio. Era necessário e importante evitar tanto quanto possível sua circulação, pois estas substâncias móveis desafiavam e desacreditavam a fixidez e a solidez das separações que as novas mentalidades pretendiam estabelecer.

Aí está a razão pela qual os gases que emanavam do subsolo deveriam ser vedados: a invasão do urbano que cometiam era como se o próprio subsolo a tivesse praticado. Tornava-se imperativo confinar as funções excretórias em locais especiais, a fim de que os gases portadores dos odores que eram parte dos excrementos não traíssem o sistema de separações, visitando indisciplinadamente

domínios de que deveriam estar reciprocamente apartados. Neste ponto, como registrei, o olfato passa a ter uma importância fundamental na história da sensibilidade. O fedor não apenas incomoda; passa a ser perigoso.

O grande pavor punha em evidência tudo o que pudesse permitir infiltrações: as fendas dos calçamentos e os interstícios das paredes, pois poderiam deixar passar a umidade; os porões que ameaçavam, pois poderiam se embeber das águas do subsolo. Era preciso tomar cuidado com as madeiras, uma vez que passíveis de se impregnar de líquidos e cheiros – como acontecia com as mesas dos açougueiros e peixeiros, freqüentemente lembradas como exemplos. Causavam pavor as inundações, em virtude de espalharem pela superfície coisas pertencentes a domínios díspares e imisturáveis, turvando a ordenação classificatória que se pretendia ver presidindo o cenário urbano.

Em semelhante contexto, as palavras de ordem eram ‘tampar’ e ‘fechar’. Fechar as narinas seria um último recurso, mas era prioritário agir sobre o ambiente. As paredes, por exemplo, passaram a ser revestidas de reboco, forradas ou caiadas e cobertas de tinta. As sepulturas, majoritariamente, passaram a ser cobertas de lápides, tijolos e cal. Uma atenção particular ao calçamento urbano e seus buracos assumiu posição especial e privilegiada. Nas casas, começou-se a cobrir os tijolos que tivessem contato direto com o chão, pois estes eventualmente podiam ter absorvido os miasmas e as substâncias destrutivas que provêm do interior da terra. As madeiras, quando havia, eram crescentemente substituídas por materiais impermeáveis, cobertas de camadas de verniz ou de esmalte, a fim de que se as pudesse facilmente enxugar.

Essas iniciativas se deram em nome da grande preocupação sanitária do tempo, que era impedir a circulação de ar e de água. Já disse que, por esse expediente, objetivava-se antes de tudo manter a separação de domínios. Ao lado disso, é evidente que se almejava também, e principalmente, em nome dos “medos urbanos”, impedir a circulação de pessoas, pois no frigidar dos ovos era essa a questão de que se tratava: colocar os miseráveis, os mendigos, os pobres em seus lugares ‘corretos’; fazer o mesmo com os doentes e com os loucos; classificar doentes e doenças, destinando-lhes enfermarias específicas e impedindo o embaralhamento de categorias diferentes. Colocar portas, fechaduras, construir paredes, improvisar cortinas – eis apenas alguns dos instrumentos de materializar os mencionados objetivos.

Trata-se de movimentos, gestos, providências nada aleatórios. Tudo isso contém uma lógica cultural e política muito específica. Esta lógica apareceu antes da descoberta pasteuriana dos microorganismos patogênicos. Após Pasteur apenas se desdobrou, aplicando-se agora particularmente aos corpos portadores de ‘micróbios’. É claro que esses portadores por excelência são os pobres, pois, doravante, evocar a limpeza será fundamentalmente opor-se às negligências populares, aos fedores orgânicos, às promiscuidades descontroladas.

Ao mesmo tempo, por uma lógica circular, as acusações de periculosidade de que os pobres são objeto racionalizam, justificam e até mesmo desculpam o distanciamento e o nojo que as elites passam a nutrir em relação a eles: há, doravante, ‘de fato’, algo ‘material’, ‘biológico’; constatar-se-ia um perigo ‘objetivo’; ‘existe um risco ‘efetivo’ de infecção decorrente do contato com as classes subalternas – e com os micróbios que se arrisca delas adquirir, ainda que pelas vias mais sutis e delicadas.

Talvez seja novidade, para boa parte dos leitores, que as coisas tenham acontecido assim. É que, adiante, em fins do século XIX e início do XX, pensar-se-á de modo totalmente diferente, a respeito de pontos específicos desta questão. Então, as pessoas já estarão habituadas a um certo silêncio olfativo e considerarão que o ar (entendido de outro modo) seja positivo. Pensarão agora que seja recomendável aos doentes que respirem ar puro, em particular o da montanha (oposto ao do subsolo). Acreditarão que as casas devam ser arejadas. Almejarão que as residências familiares sejam individuais. E advogarão que as construam preferentemente separadas umas das outras, para que o ar possa fluir livremente entre elas...

Alguns vão até mesmo sonhar com máquinas de agitar o ar, espécie de gigantescos ventiladores, ou imensas pás de moinho, para arejar as cidades e expulsar os gases deletérios (Vigarello, 1985). Antes, o grande desinfetante era o fogo – maneira de impedir a circulação de ares e de águas. Agora, nos novíssimos tempos, já se principia a acreditar nas virtudes purificadoras da água e já se considera bem a idéia de lavar. Porém, até o final do século XVIII e durante boa parte do XIX, ‘limpar’ foi fundamentalmente drenar, retirar água (Corbin, 1987). O medo da água que remanesce está certamente na origem de nossos banheiros contemporâneos, com seus pisos, paredes e objetos envernizados, esmaltados, enladrilhados e porcelanizados – lugares projetados para serem enxutos muito facilmente, se (coisa que se deve evitar) eventualmente molhados.

Nunca será demasiado insistente relembrar, até mesmo pela atualidade da questão, que as populações não foram convencidas automática e imediatamente dos princípios dessa nova urbanidade e dessa nova sensibilidade. Não foi de repente que se estabeleceu uma divisão entre o odor dos humildes e o dos ricos, entre o burguês ‘desodorizado’ e o povo ‘infecto’... Foi necessário um grande esforço pedagógico nas grandes cidades – trabalho que continua de modo interminável e permanente – para convencer as pessoas de que as cidades deviam ficar ‘limpas’ e que isto dependia de que modificassem seus hábitos e mentalidades.

Este trabalho consiste essencialmente em uma doutrinação seriíssima, que começa na primeira educação – com os pais ensinando suas crianças a evitar certos cheiros, determinados contatos e a não jogar restos no chão das vias públicas –, prossegue insistentemente nas escolas e nos meios de comunicação e é reforçada por leis e punições sempre mais detalhadas e sutis. Até

mesmo uma polícia especial acabou estabelecendo-se em toda cidade de algum porte para vigiar as condições da limpeza urbana, para localizar os que não se deixaram catequizar pela religião da limpeza, para condenar e castigar aqueles que tramarem contra suas disposições.